

Nome do GT: 04 - Movimentos Sociais e Participação

Coordenadores: Euzeneia Carlos do Nascimento e Cristiana Losekann

INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E INTERNET: DO FLUXO DA PARTICIPAÇÃO, USO DE APLICAÇÕES VIRTUAIS, IMPACTOS E EFEITOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS¹

Larissa Galdino de Magalhães Santos¹

Resumo

O debate sobre os impactos da relação entre Internet e política tem procurado mostrar a relevância das teorias da participação e deliberação no que tange a tomada de decisão, mais precisamente a efetividade, avaliação e impacto das políticas públicas sobre a agenda pública. Entretanto os estudos tratam ambos “campos” de forma estanque, escapando a percepção da correlação estabelecida entre elementos comuns ao cotidiano de prática política. Assim, uma vez que pensamos o uso da Internet como fator viabilizador para melhoria das práticas democráticas, não se espera que os meios digitais sejam resposta para as insuficiências diagnosticadas nas democracias contemporâneas, mas sim motor para transformações ou mudanças em direções mais democráticas.

Trata da relação entre tecnologias de informação e comunicação (TICs) e as instituições políticas no contexto democrático das últimas décadas. Analisa, especificamente, os efeitos e impactos de canais, eventos, dispositivos, ferramentas ou aplicações criadas por governos em ambientes virtuais (Internet) e sua inserção no processo de políticas públicas, essencialmente em caráter de instituições participativas.

O presente artigo tem por objetivo investigar e elucidar questionamentos sobre os possíveis impactos ou efeitos das aplicações virtuais, na Internet, no processo de políticas públicas, priorizando a análise e avaliação de instituições participativas, a partir do estudo de casos críticos, selecionados após pesquisa exploratória.

Dito de outra forma propõe-se a compreensão do fenômeno e fluxo das experiências de participação política no processo de política pública, a partir de sua origem presencial, e que passaram a utilizar aplicações virtuais em seus processos, ou opcionalmente, criaram novos processos exclusivamente em ambientes virtuais.

Conforme objetivo a pesquisa pretende estudar a relação das aplicações virtuais com as instituições participativas tradicionais em três níveis, e em abordagens correlacionadas: 1. Contexto do processo participativo: fatores exógenos entre Estado e sociedade civil, montagem da agenda e formulação da política; 2. Processo participativo: fatores endógenos, procedimentos e regras, tomada de decisão e implementação; 3. Avaliação e

¹ Este artigo faz parte da pesquisa de doutoramento da autora.



análise dos resultados sobre a agenda pública: do desempenho da combinação off-line e online, dos impactos e efeitos do processo de política pública sobre a agenda, e do fluxo das aplicações virtuais, instituições participativas, políticas públicas, ações governamentais e relação de causalidade.

Atenta que a compreensão do fluxo da participação da experiência, pode ser a partir de seu formato presencial, e que conjuntamente utiliza aplicações em ambientes virtuais ao longo do processo, ou, fluxos que, exclusivamente, criaram novos processos em ambientes virtuais através das aplicações.

Palavras-chave: Internet, políticas públicas, aplicações virtuais, instituições participativas.

Introdução

Este projeto trata da relação entre tecnologias de informação e comunicação (TICs) e as instituições políticas no contexto democrático das últimas décadas. Analisa, especificamente, os efeitos e impactos de canais, eventos, dispositivos, ferramentas ou aplicações criadas por governos em ambientes virtuais (Internet) e sua inserção no processo de políticas públicas, essencialmente em caráter de instituições participativas. Dito de outra forma, propõe-se a compreensão do fenômeno e fluxo das experiências de participação política no processo de política pública, a partir de sua origem presencial, e que passaram a utilizar aplicações virtuais em seus processos, ou opcionalmente, criaram novos processos exclusivamente em ambientes virtuais.

O uso de TICs por plataforma políticas e também pelos novos arranjos institucionais da gestão pública, de forma a oportunizar a participação e/ou deliberação dos diversos atores sociais em instâncias do Estado, seja por meio da elaboração, implementação, regulamentação, execução, fiscalização e decisão das políticas públicas.²

Nas últimas décadas arranjos participativos, inovadores quanto às formas de interação entre sociedade e Estado emergiram, institucionalizando diversas formas de participação e incentivando o engajamento da sociedade civil da esfera estatal no que tange as políticas públicas. As palavras de Laval (2011, p.13) ilustram este processo histórico de

² Segundo Medeiros e Guimarães (2004), o esgotamento das plataformas convencionais de gestão foi impulsionado pela necessidade de as administrações aumentarem sua arrecadação, melhorando seus processos internos; e as pressões da sociedade para que o governo aperfeiçoasse seus gastos atuando com transparência e qualidade na oferta de serviços aos cidadãos e mudando a abordagem da gestão pública.



participação, na medida em que “(...) parte da linguagem jurídica do Estado e atingiu patamares de institucionalização ímpares não apenas no país, mas em outras democracias”.

As diversas formas institucionalizadas de participação da sociedade civil em interação com o Estado, como orçamentos participativos, conselhos de políticas públicas, conferências, planos diretores participativos, comitês e comissões temáticas, e outros, são interpretadas à luz da noção de instituições participativas, ou seja, “como formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas (AVRITZER, 2008, p. 45)”.

A abordagem deste conceito permite a ampliação metodológica para análise das inovações democráticas dos governos, bem como no enfoque deste projeto sobre os efeitos das aplicações em ambientes virtuais conectadas às instituições participativas no processo de política pública. Ainda, realça Nascimento (2012, p.70) “esse conceito de instituições participativas permite a compreensão e análise conjunta de diferentes processo institucionais mediante os quais os cidadãos interferem nas decisões, implementação e monitoramento de políticas públicas (PIRES, VAZ, 2010)”.

Estes processos institucionalizados estão localizados em arranjos participativos³ que se constituem enquanto “relativamente estáveis (LAVALLE, 2011, p.14)”, são, portanto elementos comuns da gestão pública, mas que se diferenciam pela combinação de mecanismos de representação, participação e deliberação no processo de políticas públicas (NASCIMENTO, 2012, p.70).

As aplicações virtuais criadas por governo estão sendo inseridas ou adicionadas às instituições participativas tradicionais, e devem ser consideradas como engendradas no processo de política pública. Por isso requer-se uma abordagem sistêmica e interativa de análise. O seu funcionamento depende de fatores endógenos (desenho institucional; dinâmicas de participação e deliberação e escopo da política) e fatores exógenos

³ O conceito de arranjo institucional adotado é “(...) entendido como o conjunto de regras, mecanismos e processos que definem a forma particular como se coordenam atores e interesses na implementação de uma política pública específica. São os arranjos que dotam o Estado de capacidade de execução de seus objetivos. Ou, em outras palavras, são os arranjos que determinam a capacidade do Estado de implementar políticas públicas (GOMIDE, PIRES, 2014, pg.19-20)”. O arranjo de uma política pública opera conforme os parâmetros do ambiente institucional, de forma a delimitar objeto e objetivos, relações entre os atores, e os procedimentos daquela. Esta definição justifica a abordagem “macro” do objeto de pesquisa.



(organização da sociedade civil, gestão pública, natureza da política, projeto político, constrangimentos técnicos e burocráticos, etc.), em caráter multidimensional, sobre os procedimentos que compõem o arranjo institucional a fim de avaliar e analisar os efeitos e impactos das aplicações e as políticas.

Como entende Frey (2000), a Internet não foi criada para promover cidadania, por outro lado, ela tem potencialidades democráticas e pode ser usada para renovar os modos de participação popular e de tomada de decisões governamentais.

Acredita-se que a adoção de novas tecnologias de informação e comunicação pelos governos, especificamente, através da criação de canais institucionais de participação e deliberação sobre as políticas públicas, contribui para o revigoramento democrático, na medida em que envolve os mais diversos setores da sociedade civil para além da instituição representativa (COLEMAN, 1999).

A pesquisa tem como objetivo analisar os impactos e efeitos das aplicações virtuais de governo, contextualizadas nos arranjos das instituições participativas para processo de políticas públicas que compõem a agenda governamental. Identificar, sistematizar e refletir sobre as alterações ou mudanças, esperadas ou não que afetam a realidade sobre o qual se incide o programa da política pública, e os meios social e institucional no qual se realiza (agenda). Considerando o cenário virtual, optou-se por realizar uma pesquisa exploratória, consubstanciada pelo mapeamento das aplicações virtuais, de forma a produzir uma matriz dos eventos, para então selecionar casos críticos.

Instituições participativas: participação, deliberação e efetividade

A agenda sobre a institucionalização da participação no Brasil vem se diversificando nas últimas décadas. Existem diferentes abordagens sobre as instituições participativas, podendo ser ilustradas em gerações (SILVA, 2011). Num primeiro momento, ao longo da década de 1990, a literatura estudou as inovações com base na “singularidade institucional” (BORBA, 2011, p.66) na tentativa de advogar as instituições enquanto instrumentos de alcance específico constituído por diretrizes político-normativos.



O segundo campo de pesquisa, delineado nos anos 2000, trata de observar os constrangimentos entre os objetivos normativos e questões políticas próprias das instituições, seus recursos teórico-metodológicos, e a efetiva expressão empírica, são, portanto, estudos dedicados aos limites e constrangimentos das instituições participativas. Já a geração atual redireciona o foco na crítica ou defesa das instituições para a análise dos processos e resultados produzidos através do processo de políticas públicas.

Um primeiro campo de pesquisa buscou examinar as formas de participação e deliberação, amparadas no referencial teórico que debate sobre o aperfeiçoamento dos regimes democráticos por meio de processos racionais e qualificados de deliberação em conformidade com a esfera pública para a tomada de decisão, supondo que a participação da sociedade viabiliza a democratização do Estado (BOHMAN, 1996; COHEN, 1997; AVRITZER, 1994; Costa, 1994; SANTOS, 2002). Estes estudos consolidaram a discussão sobre participação e deliberação no Brasil, e o crescimento de instituições participativas nos últimos 20 anos, predominantemente os estudos de caso (TATAGIBA, 2002; COELHO, 2004, 2006; ABERS; KECK, 2006; CUNHA, 2007, 2009; ALMEIDA, 2006).

Outros trataram dos déficits de deliberação das instituições participativas, como dos próprios argumentos, direcionados ao debate sobre a efetividade da participação deliberativa, e a relação entre os atores estatais e atores sociais, desde a discussão até a implementação da decisão (LAVALLE, 2004; SILVA, 2006, CORNWALL; COELHO, 2006). Estas pesquisas geralmente comparam diferentes instituições consubstanciadas por um conceito único de instituições participativas.

Já os estudos mais recentes apropriam-se das condições sobre a relação entre instituições políticas tradicionais e as instituições participativas, e a forma com que as regras do jogo político podem ser replicadas (TATAGIBA, BLINKSTAD, 2011; COELHO, FAVARETO, 2007).

Salienta destacar os motivos pelos quais a questão da efetividade das instituições participativas tornou-se agenda de pesquisa: as formas de participação no país foram disseminadas em áreas de políticas públicas essenciais, e a deliberação tornou-se meio de tomada de decisão destas políticas. Concomitante a crítica sobre o caráter da deliberação



foi ampliada, na medida em que a literatura internacional passou a investigar as características da democracia deliberativa, ou seja, da efetividade (DRYZEK, 2000; FUNG; WRIGHT, 2003).

A literatura sobre a efetividade das formas de participação e deliberação democrática, pontua negativamente a ideia de democracia enquanto agregação de preferências, inserindo no debate a qualidade do processo de deliberação (COHEN, 1997).⁴ Ainda, indica Cohen, diferentes instituições desempenham, respectivamente, diferentes papéis, por isso as avaliações das formas de deliberação das instituições, em alguma medida, retomam a ideia de desenho institucional e participação da sociedade civil (FUNG; WRIGHT, 2003; AVRITZER, 2003, 2009).

Para fomentar o funcionamento efetivo da gestão institucional das democracias, a democracia deliberativa - “em favor da intromissão da esfera civil nas práticas democráticas não apenas por meio daqueles procedimentos característicos da agregação das disposições eleitorais (MARQUES, 2012, p.22)”, mas diante da insuficiência de mecanismos de participação para intervenção dos cidadãos na produção da decisão política (MANIN, 1997) - apresenta “a necessidade de uma maior permeabilidade das instituições e das estruturas do Estado que estão sob tutela administrativa transitória dos representantes eleitos (BOHMAN, 1996; 1998; FUNG, 2005; DRYZEK, 2007; WARREN, 2007) (MARQUES, 2012, p.22)”.⁵

Esses canais virtuais podem ser analisados a luz das instituições participativas no processo de políticas públicas. A efetividade deliberativa, relacionada à dinâmica de funcionamento das instituições participativas ancora-se na análise e avaliação dos impactos e efeitos das políticas públicas. Conforme Cunha (2010, p.98) a efetividade é definida como “(...) a capacidade das instituições influenciarem, controlarem ou decidirem sobre determinada política (...)”.

⁴ A troca de razões é elemento central da formação da vontade política. E também, o elemento institucional torna-se relevante, quando conexão entre a democracia e o resultado é evidente. Trata-se, pois, da associação entre as instituições política e qualidade democrática a partir da discussão qualificada.

⁵ É preciso, pois, a criação de canais de input capazes de processar as contribuições das práticas participativas institucionais, de forma que os cidadãos vejam de alguma forma, suas observações sendo refletidas nas decisões (CHAMBERS, 2004, p. 158). Esses canais podem ser analisados a luz das instituições participativas no processo de políticas públicas.



Geralmente, o objetivo de criação das instituições participativas trata da manutenção dos serviços públicos, em que o cidadão engajado pretende influenciar, em como e para quem, os recursos de governos estão sendo destinados. Por meio da fiscalização é possível aumentar a probabilidade de que os recursos financeiros e organizacionais sejam utilizados efetivamente para política pública. Já a função de proposição das instituições participativas permite a seleção de programas mais benéficos para as comunidades (WAMPLER, 2011, p.45).

Estabelecer relações qualificadas entre as decisões nas instituições participativas e as políticas públicas é tarefa árdua, o que requer o reconhecimento dos diferentes momentos de deliberação nas instituições, as diferentes funções e desenhos das políticas públicas, considerando o contexto em que se insere.⁶

A literatura de políticas públicas: o ciclo de políticas e seus limites

Como destaca Souza (2006), as políticas públicas envolvem uma gama diversa de atores e níveis de decisão, cujos participantes informais são tão importantes quanto os formais, ainda que a política seja materializada através dos governos. Além disso, elas envolvem processos subsequentes da decisão ou proposição, da formulação, implementação e avaliação.⁷

⁶ As instituições participativas são peculiares quando seu formato, função, desenho institucional (regras de funcionamento), características dos participantes e dos resultados almejados. Podem ser compreendidas enquanto novas oportunidades de participação, representação e deliberação da sociedade no desenho das políticas públicas conjuntamente com o Estado (HOUTZAGER, LAVALLE, ACHARYA, 2004). Os arranjos participativos oportunizam o fortalecimento dos setores sociais, ao incentivar a participação institucional, criando mecanismos capazes de concretizar suas demandas, ou seja, as políticas públicas. As políticas públicas são arena para arranjos participativos que institucionalizam as demandas dos setores sociais, que muitas vezes estão excluídos de outros processos participativos, justificando a relevância do universo analítico sobre esses processos de inovação e experimentação em programas governamentais.

⁷ A natureza das políticas públicas está relacionada a uma série de fatores: (...) quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente (TEIXEIRA, 2002, p. 2).



Na literatura de análise de políticas, as fases do processo político passaram a ser denominadas, com propostas de simplificação, divisão do processo, desenvolvimento e circunscrição (LINDBLOM, 1959; HOWLEET, RAMESH, 1995). Lindblom (1959) questionou a necessidade de que o processo de análise deva considerar a existência de interações e conexões entre as fases, como formas de poder e constrangimento. Assim o analista deve precaver-se para apreender a política não como que um comportamento previsível, isolando suas fases e efeitos.

Para Kingdon (1994) existe uma combinação de fluxos que atravessam as estruturas de decisão, sejam os fluxos de problemas, as soluções e alternativas, e próprio fluxo organizativo da política. Esses fluxos são entendidos como “janelas de oportunidade” para apresentação ou alteração na agenda de governo, entrada de novos temas e nas decisões (CAPELLA, 2006, p. 30).

Conforme esta perspectiva de fases, ou estágios, de uma política pública, segue os seguintes passos: montagem da agenda governamental; formulação da política (formulação de soluções e alternativas, e momento de diálogo entre intenções e interações); tomada de decisão (definição dos princípios e diretrizes do desenvolvimento da ação); implementação (negociação); avaliação das políticas públicas (avaliação do processo, dos resultados, dos impactos e efeitos).

O processo de políticas públicas envolve questões estratégicas, regras do jogo político, múltiplos atores e interesses, por isso existem diferentes enfoques analíticos, como no caso do momento de implementação característico pelas negociações e conflitos pelos pactos estabelecidos, e conseqüentemente, novas decisões e formulações podem ser apresentadas estabelecidos (HOGWOOD, GUNN, 1984; BAPTISTA, REZENDE, 2011).⁸

Existe um debate sobre as referências e os modelos que melhor explicam a situação da construção da política e do processo da política, porém não há um modelo único de

⁸ Por todas estas questões, a ideia de um ciclo da política com fases delimitadas parece funcionar muito mais como um artifício para o controle e definição de políticas que subsidiem a tomada de decisão do que para análises críticas dos processos políticos em curso. Na perspectiva crítica do processo político, importa saber em que contextos se inserem as políticas (as especificidades) e o arranjo que se constitui em cada caso, de modo a possibilitar análises que reflitam o debate político em questão e que não são simples reproduções de modelos políticos racionais e universais (BAPTISTA, REZENDE, 2011, p. 161).



análise, sendo o consenso sobre o curso que envolve a política, problemas, escolhas, soluções e alternativas, decisão, negociação, ação, fiscalização, controle e avaliação. Logo para não perder as conexões e disputas que perpassam qualquer processo político, a compreensão das fases não deve se limitar a análise, mas deve ser usado como recurso metodológico, de modo a favorecer o entendimento do contexto em que se constitui a política e seu arranjo.⁹

Lavalle (2011) ilustra a necessidade da construção de dissensos nos estudos sobre a participação, isso porque ao analisar as instituições participativas no escopo da política pública, é tangível considerar as dinâmicas informais e transversais que envolvem outros atores indiretos, por exemplo, partidos. Os arranjos participativos para as políticas públicas podem ser resultado do Estado em ação, e não somente no sentido de baixo para cima, como supõe parte da literatura.

Internet e ampliação da democracia

A proposta é questionar o entendimento dos espaços, instâncias, instituições participativas, buscando entender como a problemática participação e efetividade política é capturadas pelo Estado. É um processo complexo, que envolve atores tradicionais e não-tradicionais, dentre outras dinâmicas que ainda não são trabalhadas pela literatura. Esta crítica justifica e vai ao encontro do problema de pesquisa, na medida em que as aplicações virtuais, geralmente são criadas e mantidas por um Estado em movimento, em um ambiente com novas assimetrias de poder e novos atores, e ainda, envolve um processo de

⁹ Existem diversos modelos para o estudo das políticas públicas, com definições ligadas desde a ciência política tradicional, entendendo a política pública como resultado de disputas entre atores por espaço e poder (LASSWELL, 1951), outros com visão sistêmica e racionalista (MARCH, OLSEN, 1995), até revisões recentes, como modelos “Advocacy Coalition Framework”, de Sabatier e Jenkins-Smith (1993), ou ciclo político de Howlett e Ramesh (1995). MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. Democratic Governance. New York: The Free Press, 1995. HOWLETT, M; RAMESH, M. Studying Public Policy. Canadá: Oxford University Press, 1995. SABATIER, P.A. & C. M. WEIBLE. The Advocacy Coalition Framework: innovations and clarifications. In: SABATIER, Paul A. (ed) Theories of Policies Process. Westview Press, 1993. SMITH, K. B., & LARIMER, C. W. The public policy theory primer. Boulder, CO: Westview Press. 2009.



fazer escolhas, de proposição, negociação e consenso, a dar respostas a um problema, dispostas no processo de políticas públicas.

Apesar de alguns autores argumentarem que o surgimento de novas ferramentas virtuais poderá fortalecer a consciência dos assuntos públicos e proporcionar aos cidadãos com novos meios para desempenhar um papel ativo na vida pública (NORRIS, 2001; WARD, VEDEL, 2006), outros são muito mais pessimistas sobre as consequências sociais da Internet (PUTNAM, 2000).

Conforme destaca Gomes (2011) as discussões sobre Internet e participação política apoiam-se na ideia de esfera pública, ou ainda de modelo de participação para um debate público relevante formador da opinião pública, mas que também influencia na tomada de decisão pública. Logo a perspectiva central é a forma com que a decisão política pode ser incrementada a partir da participação em ambiente virtual na decisão sobre a política pública¹⁰.

Considerando o uso das tecnologias da informação e comunicação, tanto pelo Estado quanto pela sociedade civil, especula-se sobre a possibilidade de a Internet funcionar como um meio de aproximação do Estado com o cidadão, através da revitalização das tradicionais formas e mecanismos de participação política, dos instrumentos de gestão pública e das transformações sociais e econômicas. Assim “as novas tecnologias teriam, portanto, potencial para construir uma nova relação entre governo e cidadãos, ao pressupor-se que possibilitam uma administração pública mais eficiente, democrática e transparente (MEDEIROS e GUIMARÃES, 2004, p.49)”.

Para alguns estudiosos é justamente a promoção de condições técnicas diferenciadas da Internet com relação a outras plataformas tradicionais de comunicação, que revigora expectativas de ampliação das práticas democráticas (NEGROPONTE, 1995; MORRIS, 2000; FROMKIM, 2004; STANLEY e WEARE, 2004; KLEIN, 1999; MARCHE e McNIVEN, 2003; DELLI CARPINI, 2000). Entretanto, outros discordam desta relação positiva, quando consideram o acesso desigual às tecnologias, a qualidade

¹⁰ Gomes (2011) convencionou chamar de produção de decisão política sobre os negócios públicos. Mas para fins da pesquisa decidimos direcionar a participação para o processo de implementação da política pública, o que pode efetivamente, ou não, influenciar na tomada de decisão.



duvidosa de informações, ameaça à liberdade e privacidade de usuários BUCHSTEIN, 1997; SUNSTEIN, 2001; DAVIS, 1999; DEAN, 2003; WILHELM, 2000).

Da discussão sobre Internet e política, duas filiações destacam-se: a vertente institucional e vertente social. Segundo Gomes (2007) a literatura especializada em democracia digital apresenta uma diferenciação quanto à ênfase na sociedade e no Estado.

A vertente social implica sobre o engajamento cívico, esfera pública, deliberação online, restabelecendo relações com o capital social¹¹. A vertente institucional¹² opera em três vias: o estudo sobre a configuração digital das instituições democráticas, de parlamentos a cidades digitais; das atividades transmitidas do Estado aos cidadãos, como que serviços públicos online e governos eletrônicos; ou iniciativas na direção cidadão para o Estado, compreendendo as oportunidades de participação ou viabilização “(...) de inputs por parte da cidadania na forma de votos, respostas a sondagens, decisões ou sugestões orçamentárias, registro e discussão de opiniões em fóruns eletrônicos, etc) (GOMES, 2007, p. 11)”.

As diferentes interpretações sobre a democracia estão relacionadas a diferentes plataformas de teoria política. Grosso modo, com a inserção da Internet na política, as críticas sobre a composição da democracia são transferidas para os debates sobre as práticas democráticas em ambientes virtuais, por isso existem diferentes retóricas neste debate.¹³ A compreensão sobre os impactos e efeitos da Internet e as questões políticas

¹¹ As pesquisas de Best e Krueger (2005) ilustram os estudos de endereçamento social, baseando-se nos pressupostos de cultura cívica, os autores propõem padrões de participação política, considerando os indicadores da participação tradicional e da participação online, especulando em que medida a participação em ambiente virtual reproduz ou distorce a participação política tradicional. BEST, S. J.; KRUEGER, B. S.. Analyzing the representativeness of internet political participation. In: Political Behavior, v. 27, n. 2, p. 183-216, 2005.

¹² Os estudos da vertente institucional referem-se às relações entre o sistema político e cidadão, e o impacto da Internet sobre elas. Ocupam-se com a ordem estrutural, com a organização, dinâmicas, e regras do jogo, próprias da democracia, portanto das conexões entre as instituições e os cidadãos. Para mais esclarecimentos: COLEMAN, S.. Can the new Media Invigorate Democracy? In: Political Quarterly, Oxford, v. 70, n.2, p. 16-22, 1999.

¹³ Para Dahlberg (2001, p. 158) existem três abordagens proeminentes, que se diferenciam sobre o entendimento da legitimidade democrática. O liberal-individualista reconhece que modelo democrático é legítimo quando permite a expressão de interesses individuais, assim a disponibilização de informações política amplia as condições de escolha do sujeito. Para o comunitarismo, a legitimidade democrática reflete o fomento aos valores comunitários, enfatizando o coletivo, os laços comuns e o senso de pertencimento através do compartilhamento, e reforço das relações. Já para a democracia deliberativa a legitimidade é



também têm variações, e as avaliações estão relacionadas às plataformas teóricas escolhidas, como no caso da participação, efetividade ou benefícios da democracia.

Mesmo as correntes mais progressistas são cautelosas quanto os efeitos positivos da Internet sobre a esfera pública, participação e potencialidades no ambiente democrático, pois não há uma radicalização do sistema político democrático contemporâneo. A Internet pode contribuir para tornar mais complexa as questões políticas relativas entre sociedade e Estado, possibilitando maior fluxo de informação, reforçando laços comunitários, ampliando a participação política e fomentar novas formas de relação entre a sociedade e as instituições do Estado (CHADWICK, 2003; ESTER, VINKEN, 2003).¹⁴

Porém, outra linha afirma os perigos sobre os processos de comercialização da Internet, a falta de credibilidade das informações disponíveis (BUCHSTEIN, 1997; DEAN, 1997; BARNETT, 1997). Buchstein (1997, p.259) pondera sobre os efeitos negativos da Internet no uso de fins políticos, pois pode encorajar a existência privada sobre assuntos públicos entrando em embate com a cidadania publicamente expressa. Ainda, para o autor, faltam controles efetivos para a propagação de discursos e mensagens polarizadas, desconsiderando as desigualdades e o respeito às questões como gênero e raça.

Um último grupo de pesquisadores reconhece o potencial de incremento democrático da Internet, porém atentam que os efeitos e impactos das questões políticas na rede dependerão das formas de organização e do seu uso (COLEMAN, 1999; BARBER, 2000). Papacharissi (2002, p.10) salienta a necessidade de especulações se a Internet e as tecnologias similares podem revolucionar a esfera pública ou se tornaram parte do ambiente democrático corrente, principalmente neste contexto em que as atividades políticas tradicionais carecem de revitalização.¹⁵

válida através do discurso racional na esfera pública, através do embate discursivo embasado pela ideia de público.

¹⁴ Bimber (1998) pressupõe maior transparência dos negócios públicos, maior envolvimento da população através da ampliação da disponibilização de informações de governo e políticas através da Internet. Também, Gimmler (2001), ressalta que a Internet possibilita formas de democracia direta e deliberativa devido à interatividade, reforçando a troca de informações, diálogos e serviços.

¹⁵ Sæbø (2007, p.2-3), apresentou uma visão geral das ferramentas de *eDemocracy*, baseando-se nas pesquisas do *DEMO-net Network of Excellence on eParticipation*, apresentou e identificou os futuros moldes de ferramentas desenvolvidas com TICs, dentre eles identificou o “*Stage in policy cycle*” que engloba a definição da agenda, formulação de políticas, tomada de decisão, implementação e avaliação de políticas de



Este cenário virtual diferenciado impulsionou também a reivindicação por alterações na natureza e estrutura das instituições democráticas. A confluência das condições e inovações tecnológicas acaba por reverberar as demandas de participação da população e do próprio Estado ao promover formas de participação política na Internet.

O foco da pesquisa: participação, internet e seus impactos nas políticas públicas

Refere-se, pois aos objetos de investigação propostos na pesquisa, as aplicações virtuais de governo para participação em política pública, como “(...) as novas formas de participação inauguradas através da Internet, isto é, aquelas que se dão exclusivamente no ambiente digital (MARQUES, 2008, p.17)”.

Estudos como de Musso, Weare e Hale (2000) e Ann Macintosh (2003) sustentam o viés de pesquisa proposto, já que tratam de analisar a forma com que essas aplicações virtuais podem servir de apoio às reformas das instituições estatais. Portanto a preocupação central é a maneira com que estas aplicações são empregadas de modo a viabilizar consultas ou debates online, incrementando a relação entre sociedade e Estado.¹⁶

De modo particular, para este projeto, sublinha-se que estas aplicações virtuais podem ser parte das instituições participativas, com o intuito de oferecer oportunidades de envolvimento político do cidadão – participação ou deliberação –, especificamente no processo de política pública. Aponta Marques (2008, p.252) que estes canais de participação digital são oportunidades “(...) de interferir no processo de produção de políticas públicas (...) através do emprego dos media digitais, uma vez que o ambiente de comunicação engendrado pela Internet permite a consecução de ocasiões onde um grande

política. SÆBØ, Øystein. *eDemocracy tools*. Ad hoc Committee on e-democracy (CAHDE). In.: Electronic democracy ("e-democracy") -Recommendation adopted by the Committee of Ministers of the Council of Europe. Strasbourg, 8-9 October 2007.

¹⁶ MACINTOSH, A. (2003). Using Information and Communication Technologies to Enhance Citizen Engagement in the Policy Process. In: OECD. *Promise and Problems of E-Democracy: Challenges of Online Citizen Engagement*, OECD, Paris, p. 19-58. MUSSO, J; WEARE, C; HALE, M. (2000). *Designing web technologies for local governance reform: Good management or good democracy?* Political Communication, 17 (1), 1-19.



volume de pessoas pode participar efetivamente (CARTER, 1999; BEIERLE, 2004; MARCHE e MCNIVEN, 2003; PEREZ, 2004)”.

As tecnologias possuem propriedades políticas quando utilizadas em contextos políticos, mas para que ocorra mudanças no status do cenário político é preciso uma reconfiguração institucional do poder, também, fora da Internet (CHADWICK, 2006).

Sampaio (2014) em sua pesquisa sobre orçamentos participativos digitais, e no que se refere a literatura sobre participação online, conclui que os processos apresentam problemas semelhantes aos formatos tradicionais, já

(...) as ferramentas digitais podem funcionar tanto de modo a incrementar e facilitar processos que eram apenas presenciais quanto permitir a realização de novas formas de participação online na decisão do orçamento público, porém ainda se trata de um momento de transição, no qual tais usos ainda são tímidos (...). (SAMPAIO, 2014, p.9).

De todo modo, em uma democracia, os indivíduos cedem aos líderes eleitos legitimidade para administrar o Estado, contudo, não significa a renúncia pela tomada de decisão, de fato, almejam que suas demandas sejam consideradas em parte das decisões (GOMES, 2007, 2011). Ainda, Norris (2010, p.245) ilustra que um determinado ceticismo sobre as autoridades políticas é saudável na medida em que o cidadão exerce certa vigilância sobre o poder do Estado, e tornam-se cidadãos críticos. Sampaio (2014, p.22) complementa que essas iniciativas que permitem, de modo geral maior contato entre o cidadão e representantes na esfera política formal, de modo que um “(...) de modo que um número maior de perspectivas esteja sendo considerado, como é o caso de minipúblicos, instituições participativas e iniciativas de democracia digital (COLEMAN, BLUMLER, 2009; FUNG, 2004; GOMES, 2007, 2011; GOODIN, DRYZEK, 2006; SANTOS, AVRITZER, 2003; SMITH, 2009)”.

O campo em que se insere o projeto está centrado na investigação de iniciativas de participação que utilizam tecnologias de informação e comunicação em seu desenvolvimento, em que tratam de uma série de componentes, dos atores, ao tipo de atividade, do contexto, do design e layout da tecnologia, dos efeitos e avaliações da área, o que é substancial para contribuição da pesquisa (SÆBØ, ROSE, FLAK, 2008; ZISSIS, LEKKAS, PAPADOPOULOU, 2009; MEDAGLIA, 2011).



A literatura considera a participação política online (*eParticipation*) como o conjunto dos processos democráticos que apoiam-se no uso das tecnologias de informação e comunicação. A definição formal é que “(...) a participação apoiada nas TICs e que envolve processos de governo e governança. Processo que podem incidir sobre a administração, prestação de serviços e tomada de decisão política (ROSE, GRÖNLUND, ANDERSEN, 2009, p.3-4)”. Ou ainda, a “e-Participation” pode ser entendida como a interação mediada por tecnologias entre a esfera civil e a esfera da política formal, e entre a esfera da sociedade civil e da administração, sendo sua tarefa capacitar as pessoas para atuar nos processos de decisão (ZISSIS, LEKKAS, PAPADOPOULOU, 2009, p.196).¹⁷

Para Sampaio (2014, p.24-25) não existe dicotomia entre a participação política online e off-line, na prática, ainda, falta ênfase da literatura sobre os processos que utilizam as duas vias, simultaneamente.¹⁸

No reino da política existe uma gama de esferas de interações, autônomas, oficiais e institucionais. Assim uma visão *bottom-up* trata dos estudos sobre o uso da Internet pela esfera civil, enfatizando a articulação com outras redes e conexões para construção de dinâmicas participativas para resolução de problemas (CASTELLS, 2008; COLEMAN, BLUMLER, 2009; CARREIRO, 2012; MAIA, 2011; PENTEADO et al, 2011). Já as iniciativas *top-down* são aquelas criadas e mantidas pelos gestores estatais, “(...) e garantir que cidadãos possam expressar suas visões sobre políticas públicas pelas quais tivessem

¹⁷ Salientar destacar que para fins desta pesquisa optou-se por adotar o termo “aplicações virtuais”, ao invés de mecanismos de e-participação (SAMPAIO, 2014) ou canais de participação digital (MARQUES, 2008), isto porque a abordagem dos objetos requer cuidado no trato de pressupor que a participação ocorra exclusivamente em ambientes virtuais. Assim, no fluxo do processo de políticas públicas pode ocorrer momentos de participação, seja presencial ou virtual. Ilustra Gomes (2011, p.28) “iniciativas são projetos ou ideias que articulam ferramentas, dispositivos e aplicativos para realizar determinadas funções dedicadas a resolver problemas ou alcançar propósitos específicos”. De todo modo a denominação “aplicações virtuais” encontra-se no escopo do conceito de eParticipation da literatura pertinente.

¹⁸ Alguns estudos espanhóis realçam os aspectos dos orçamentos participativos presenciais, já que ponderam sobre o fato das tecnologias apresentarem sugestões para as fases tradicionais, como debate, preferências, negociação e decisão final, dando maior atenção aos aspectos técnicos das ferramentas virtuais (ALFARO et al., 2010; INSUA, RIOS, 2006; ROSE, RIOS, LIPPA, 2010). Em outra perspectiva, Miori e Russo (2011) analisam, com base nas necessidades dos orçamentos presenciais, de que forma o desenho das ferramentas online podem contribuir para o processo. Já Peixoto (2008, 2009) realça a necessidade de combinar o desenho institucional da instância às inovações tecnológicas.



interesse. Esse conjunto de experiências serve como portas que o Estado abre para o cidadão participar da elaboração das leis, políticas públicas, organização dos serviços públicos, implementação de políticas e mesmo realizar sua avaliação (FARIA, 2012, p. 107).” (MACINTOSH, 2008; VAN DIJK, 2012; KAMAL, 2009). Numa perspectiva complementar Coleman e Blumler (2009) e Gomes (2007) refletem sobre a integração bottom-up e top-down e sugerem a criação de canais de comunicação oficiais capazes de considerar as discussões formais e informais entre cidadão e governo, ou seja, é preciso considerar as oportunidades institucionais, mas também as contribuições dos cidadãos por iniciativa civil. Não menos importante para todas as vertentes é que relações entre Estado e sociedade não ocorrem exclusivamente por meios digitais, o que justifica a necessidade de tratar a questão de maneira mais sistêmica.

Alguns pesquisadores reconhecem que as iniciativas de práticas democráticas online (e-democracy) possuem um desenho institucional, e, portanto, a crítica aos seus elementos é necessária para análise destes empreendimentos, por exemplo, o objetivo, formas de participação, regras, contribuições e a forma com que se insere no processo de política pública (FUNG, 2004; SMITH, 2009; DEMO-NET, 2008; WEP.DEP, 2007; COLEMAN, BLUMLER, 2009; GOMES, 2011; MACINTOSH, WHYTE, 2008). Portanto, cremos que possamos lidar com a questão de maneira mais sistêmica.¹⁹

No geral, a avaliação de Medaglia (2011) é que o foco da e-participação deixou a descrição das atividades para estudar efeitos e formas de avaliação; ou seja, os efeitos ou impactos dos exercícios participativos para os diferentes atores políticos envolvidos e para as atividades políticas incrementadas por meios digitais. Existe, em especial, um desejo de não avaliar o sucesso ou os impactos obtidos apenas a curto prazo, mas tentar compreender se há efeitos em longo prazo em relação aos atores políticos, à sociedade e às instituições envolvidas ou mesmo mudanças estruturais (MACINTOSH, WHYTE, 2008; SÆBØ, ROSE, FLAK, 2008). (SAMPAIO, 204, p.206)

Portanto, a principal justificativa desta pesquisa está na carência de estudos mais detidos sobre as diferentes formas, aplicações e experiências de participação política em

¹⁹ Existe uma categoria da literatura que trata justamente da “e-decision making”, em projetos relacionados diretamente às decisões de políticas e formar de influencias ou incrementar a tomada de decisão (MERGEL, 2012; STEIBEL, 2012; VAN DIJK, 2012; OHLIN, BECKER, 2006).



ambientes virtuais, focalizadas a partir das instituições participativas, seu arranjo institucional, no processo de políticas públicas.

Por fim, ainda que a literatura aponte esforços próximos as discussões acerca da participação política online (ALMADA, 2013; CARREIRO, 2012; MARQUES, 2004, 2008; SAMPAIO, 2014), o campo é pouco explorado em nível nacional, principalmente, considerando a abordagem do processo de políticas pública, seus constrangimentos e limites formais e informais.

Objetivos

O objetivo principal é analisar os impactos e efeitos das aplicações virtuais de governo, contextualizadas nos arranjos das instituições participativas para processo de políticas públicas que compõem a agenda governamental. Identificar, sistematizar e refletir sobre as alterações ou mudanças, esperadas ou não que afetam a realidade sobre o qual se incide o programa da política pública, e os meios social e institucional no qual se realiza (agenda).

Do objetivo geral podem ser apontados os objetivos específicos:

- Avaliação política do(s) critérios(s) relevante(s) para determinada política e seu processo, realizar-se por meio de aplicações virtuais, examinando ex-ante o curso da ação pública;
- Identificar, sistematizar e refletir sobre as alterações ou mudanças, esperadas ou não que afetam a realidade sobre o qual se incide o programa da política pública, e os meios social e institucional no qual se realiza;
- Analisar e avaliar a engenharia institucional e os traços constitutivos do programa, conjuntamente, na etapa tradicional e na etapa virtual;
- Identificar quais os fatores e contextos facilitadores, e os obstáculos que operam ao longo das fases do processo de política pública;
- Aperfeiçoar a avaliação e análise de políticas públicas promovidas através de multicanais, ou seja, instituições participativas tradicionais e aplicações virtuais.



Material e métodos

A lógica da pesquisa é de descoberta, não de prova, portanto as hipóteses para análise em andamento são construções provisórias. Aplicações virtuais importam? O que as aplicações virtuais constituem em termos de mudança na agenda pública? As aplicações virtuais oportunizam a participação de atores sociais nas instâncias institucionais por meio do processamento de políticas públicas? Como o fluxo da ocorre ao longo do processo participativo? Para ilustrar estas questões, compreende-se a Internet enquanto independe da participação, mas que no conjunto do processo, pode estabelecer inferências causais no que tangência o resultado final. As instituições participativas e o processo de política pública são variáveis recíprocas, tendo como efeito o impacto e participação sobre e na agenda pública. Em termos de generalização, as aplicações virtuais explicam determinados efeitos e impactos na participação institucional e na agenda pública.

A análise considera a instituições participativas, em seus múltiplos formatos, pois o intuito é verificar as correlações de mudança a partir da etapa virtual, portanto, como abordagem teórico-metodológica optou-se por realizar uma pesquisa exploratória, produzindo um mapeamento, de modo a construir uma matriz que identifica o perfil de cada aplicação virtual (variáveis, fatores endógenos e exógenos), para então, selecionar casos específicos capazes que produzir generalizações sobre as hipóteses elencadas.

Conforme Gil (2008), em uma pesquisa exploratória, o objetivo primário é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, e ao final, será possível construir hipóteses. Considerando o objetivo de investigar os impactos e efeitos do fluxo da participação política no processo de políticas públicas, a partir formato presencial conjuntamente à participação online, ou, os processos exclusivos em ambientes virtuais, através das instituições participativas, fundamenta-se a percepção exploratória, e que assume a forma de estudos de caso, ao dedicar-se à análise dos casos críticos selecionados após a fase exploratória.²⁰

²⁰ Sublinha que Magalhães (2013), ao estudar a possibilidade de participação política no Plano Plurianual Online do Governo do Estado do Espírito Santo, após a pesquisa exploratória conclui que existiam fatores exógenos ao ambiente virtual que impactaram na forma com que foi construída a aplicação, bem como seu



Para Yin (2002), estudos de caso são estratégias de investigação válidas para eventos em que o pesquisador tem pouco controle, mas principalmente, onde o foco de pesquisa é um fenômeno contemporâneo considerado em algum contexto real. O estudo é exploratório, mas cada experiência apresentam projetos semelhantes, ou típicos (instituições participativas), dos quais incluem: um governo responsável, junção organizativa do projeto, desenho institucional e um desenvolvedor externo (virtual).

Os instrumentos de coleta de dados delineiam-se em dois grupos: pesquisa bibliográfica em livros e periódicos, e o procedimento documental, para documentos oficiais, mídias e informação publicada eletronicamente (filmes, gravações, diários, memorandos, ofícios, atas de reunião, boletins); pesquisa de campo, o estudo de caso, a observação participante, entrevistas semi-estruturadas, navegação orientada e framework de avaliação (ambiente virtual).

Esclarece-se que o *framework* de avaliação (TONHATI, 2007; SILVA, 2009; MAGALHÃES, 2013) compreende uma série de critérios, construídos com base na literatura pertinente (supracitada) para avaliação virtual. Trata, pois, de indicadores que avaliam e identificam a construção, as funções, o desing²¹, práticas de informação, conteúdo, serviços, transações e participação online. Já a navegação orientada garante que o percurso de análise e avaliação através dos itens, critérios e parâmetros (contidos no framework) seja realizado de forma adequada e efetiva.²²

objetivo. Esta dedução reitera a opção por investigar todo o processo de política pública por meio das instituições participativas e/ou aplicações virtuais.

²¹ Sampaio (2014, p.133) sintetiza a necessidade da pesquisa do desing das ferramentas digitais, “Alguns quesitos frequentemente citados são: organização da informação on-line, usabilidade, navegabilidade, uso de ferramentas interativas síncronas ou assíncronas, possibilidade ou não de anonimato ou de registro on-line, existência de regras para moderação, uso ou não de ferramentas colaborativas ou que se encaixam na ideia de web 2.0 (como wikis, blogs e sites de redes sociais), uso ou não de software livre, canais disponíveis, segurança do sistema, hardware necessário para manter e para utilizar as ferramentas digitais etc. (COLEMAN E BLUMLER, 2009; DAVIES, CHANDLER, 2012; JANSSEN, KIES, 2005; LATHROP E RUMA, 2010; MACINTOSH, COLEMAN, SCHNEEBERGER 2009; MACINTOSH, WHYTE, 2008; MERGEL, 2012)”.

²² Conforme Silva (2009, p.157) “Também define a forma de se qualificar os objetos analisados a partir das categorias discutidas nesta tese. Diversas pesquisas têm lançado mão deste tipo de ferramenta, geralmente baseada em planilhas que guiam a prospecção em sites (NORRIS, 2001; SILVA, 2005; SOUZA, 2007; LEMOS et al, 2007; MARQUES, 2008)”. SILVA, S. P. *Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado*. Tese de doutorado apresentada para o Programa de Pós-graduação Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, 2009.



O estudo de campo depende do contexto e seus resultados não são generalizáveis, por isso, pretende, concomitante, a pesquisa de campo, pois aprofunda mais a investigação das experiências.

O trabalho de campo – Estudo do Caso – deverá ser precedido por um detalhado planejamento, a partir de ensinamentos advindos do referencial teórico e das características próprias do caso. Incluirá a construção de um protocolo de aproximação com o caso e de todas as ações que serão desenvolvidas até concluir o estudo. O protocolo se constitui em um conjunto de códigos, menções e procedimentos suficientes para se replicar o estudo, ou aplicá-lo em outro caso que mantém características semelhantes ao Estudo de Caso original. (MARTINS, 2006, p. 9)

As técnicas observacionais priorizam os procedimentos empíricos e qualificam a natureza sensorial, pois permite a coleta de dados direcionada à situação e envolve o percepção do observador. Orientando-se para o estudo de caso, a observação é essencial para recuperação sistemática de dados e informações sobre a pesquisa (MARTINS, 2006).

Para Richardson (1999, p.80) “os estudos que empregam metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Qualitativa e quantitativamente, leva como base de seu delineamento a utilização de questionários (framework) e entrevistas (BOENTE, BRAGA, 2004), mas não exatamente um recurso estatístico, mas sim uma modalidade de coleta de informações.

Do universo da pesquisa, a pesquisa exploratória, apresentamos três experiências que ilustram o mapeamento sobre as aplicações virtuais, (1) Orçamento Online do governo do Estado do Espírito Santo, (2) Gabinete Digital do governo do Estado do Rio Grande do Sul e (3) Open Policy Making – Gabinete Oficial United Kingdom, indicou que:

(1) Promove propostas e discussões em ambiente virtual, para serem refinadas e definidas em audiências públicas presenciais. A ferramenta também serve para divulgação das plenárias físicas, bem como dos eixos temáticos para cada região conforme o planejamento estratégico do estado. Através da regularidade das edições, o governo utiliza a rede para

Para análise dos dados coletados serão utilizadas a literatura referenciada na área (e. g. Rose e Sæbø, 2005; Sæbø, 2006; Sæbø e Päiväranta, 2005).



disponibilizar a prestação de contas com relação à gestão das políticas relacionadas ao orçamento findo.

(2) O Gabinete Digital é uma política de Estado que propõe o impacto direto na realidade do cidadão, seja no ambiente virtual ou real. A mobilização em atividades presenciais é, portanto, parte essencial da rotina da prática democrática. Parcerias com movimentos e organizações da sociedade civil foram importantes para potencializar a participação digital e aproximar o governo da população.

(3) Em ambiente virtual foi criado o Open Policy Making Portal, como um espaço de exploração de ferramentas e técnicas para o compartilhamento das políticas, participação, contribuição e discussão. Por meio de termos de referência, acordados junto das organizações da sociedade civil, o gabinete oficial irá conduzir três projetos departamentais, como uma espécie de teste e demonstração, são eles: “Cabinet Office - Local Sustainability Fund”; “Department for Health: Social Care Ratings”; “Department for Environment and Rural Affairs: compensation scheme for exotic diseases”. A iniciativa não muda a tarefa central do processo político, mas admite que cada vez mais a esfera da política necessita do debate do cidadão para promover a decisão.

Ainda sobre os métodos para localizar os dados e os casos, a pesquisa inspirou-se nos procedimentos de SAMPAIO (2014, p.237). Na busca inicial, para construção de matriz de aplicações virtuais, opta-se por não realizar um recorte temporal, devido à falta de dados em recortes longitudinais. Também alguns projetos foram feitos como “testes” (SAMPAIO, 2013, p.238) o que implica na condução de uma avaliação adequada.

Para mapear as aplicações virtuais, considerando a amplitude de cenários virtuais e/ou tradicionais que esta chave estratégica inclui, propõe-se a busca sistemática de informações sobre tais processos em: revistas científicas, estudos e relatórios acerca dos temas centrais, websites, portais, blogs, redes sociais, lista de discussões, fóruns, e em buscadores, mais utilizados, como Google, e outros dos meio acadêmicos, como Portal de Periódicos da Capes, Google Scholar e ScieDirect.²³

²³ A autora agradece à Sampaio (2014), pelo trabalho inspirador e preciso, capaz de oferecer alternativas metodológicas eficientes para a análise de experiências virtuais.



Com ênfase pragmática, e no uso de métodos combinados, a (i) pesquisa quanto aos objetivos é exploratória (ANDRADE; 2002), com (ii) finalidade aplicada (VERGARA, 1997), utilizando como procedimentos de coleta, (iii) pesquisa bibliográfica e (iv) documental (SANTOS, 199), por meio do (v) estudo de caso e através da (vi) pesquisa de campo e (vii) telematizada.²⁴

Ressalta a ênfase no entendimento, na orientação para o processo e não necessariamente para o resultado Com vistas à operacionalização da metodologia de pesquisa no requerido projeto, apresentam-se as possíveis abordagens teórico-metodológicas para análise do problema.

Para aperfeiçoar a avaliação e análise de políticas públicas promovidas através de multicanais, ou seja, instituições participativas tradicionais e/ou aplicações virtuais, elencou-se uma série de métodos mistos ou híbridos, ou seja, aqueles capazes de analisar tanto iniciativas que apresentem facetas de participação presencial, quando online (SAMPAIO, 2014, p.206).

Por meio de uma abordagem sistemática, complexa e interativa, permite-se investigar os arranjos, instituições participativas, aplicações virtuais, no fluxo da política pública.

A abordagem dos arranjos e o modelo analítico-metodológico empregado se mostram profícuos não só para se identificarem os mecanismos que explicam como os arranjos dotam o Estado de capacidades, mas também para se apreender empiricamente quais fatores estiveram presentes nos diferentes resultados observados (GOMIDE, PIRES, 2014, pr. 374).

Forma de análise dos resultados

²⁴ RICHARDSON (1989) ressalta que para correlação de variáveis, é necessário identificá-las. Em pesquisa exploratória para seleção das experiências elencadas para a análise, realizou-se um breve levantamento da literatura sobre instituições participativas, e foram identificadas as seguintes variáveis: contextual (ABERS, 2000; AVRITZER, 2009; FARIA, 2003; TATAGIBA, TEIXEIRA, 2008), (KUNRATH - SILVA, 2011) (WAMPLER, 2011), Política (AVRITZER, 2002; 2008; 2009; BAIOCCHI, 2001; 2005; CUNHA, 2012; TATAGIBA, TEIXEIRA, 2008), Institucional (AVRITZER, 2008, 2009; FUNG, 2003; FUNG, WRIGHT, 2003; CORTES, 2011; FARIA, RIBEIRO, 2011), Decisão (BORBA, 2011; KUNRATH-SILVA, 2011), Efetividade (VAZ, 2011; CUNHA, ALMEIDA, 2011). O levantamento auxílio para definição dos métodos de análise apresentados.



No entendimento de Carvalho (2003, p.186), a abordagem que melhor expressa o quadro real das políticas públicas é a que a considera um processo contínuo de decisões que, se de um lado pode contribuir para ajustar e melhor adequar as ações ao seu objeto, de outro, pode alterar substancialmente uma política pública.

Ciente de que o processo de política pública é um fluxo, e que não está estruturado por uma sequência intimamente linear, a abordagem teórico-metodológica recapitula algumas colocações sobre as teorias da democracia, participativa e deliberativa. Para analisar as distintas formas de representação, participação e deliberação, passíveis de operacionalização em diferentes níveis e momentos no processo política pública através ou por meio de ambientes virtuais, tomamos como ângulo teórico-metodológico o “sistema integrado”. Com o objetivo de pensar diferentes formas de conectar uma ação política, a teoria deliberativa propõe a abordagem de um sistema integrado que concretiza a inclusão por meio de dinâmicas representativas, participativas e deliberativas (HENDRIX, 2006; MANSBRIDGE, 2007; GOODIN, 2008; DRYSEK, 2010; MANSBRIDGE et al., 2012).

Defende-se que a oferta destes mecanismos de participação em ambientes virtuais deve ser pensada a partir de uma proposta ampla de redesenho das instituições, como espaços vinculados e interdependentes de outras instâncias já consolidadas no processo de implementação da política pública, contribuindo assim para melhor da relação do estado com a esfera civil, por meio de canais de intervenção e que estimulem os cidadãos a engajarem-se politicamente.

Atentando para necessidade de um planejamento teórico (e também metodológico) capaz de abordar a pesquisa de forma ampla e contextual, tratamos então de justificar e fundamentar o sistema integrado de participação e deliberação.

A abordagem do sistema integrado de participação e deliberação é resultante de um giro crítico no debate sobre a democracia deliberativa (DRYZEK, 2010), pensando a deliberação enquanto um dos diferentes momentos de um processo político, que combinando a outras formas de ação, ocorre em espaços institucionalizados ou não, e que portanto é melhor operacionalizado (MANSBRIDGE, 2007).



A abordagem sistemática reconhece tanto o envolvimento direto do cidadão na questão política, quanto a qualificação de suas preferências, portanto cada uma das formas de ação cumpre papéis diferentes no sistema e servem “como inputs uns para os outros, possibilitando a formação de baixo para cima de um julgamento público acerca das políticas públicas em questão (FARIA, LINS, 2013, pg. 75-76)”.

O sistema integrado é composto por partes e formas de ação diferentes, mas com funções devidamente distribuídas (normativamente) e conectadas, formulando um todo complexo, que consideramos aqui como, arranjo institucional. Diferenciação, interação e interdependência são características que garantem a influência comum entre os componentes, para solução, conflito, consenso e tomada de decisão (MANSBRIDGE et al, 2012, p.7). O sistema integrado sugere uma clivagem teórico-metodológica que permite analisar fatores sistêmicos que cercam a instituições participativas, presenciais e/ou online e os fatores intrasistêmicos, ou seja, a combinação do contexto político, da natureza da política, da organização da sociedade civil e do desenho institucional ao longo do processo político.²⁵

Analisar criticamente as instituições participativas e as aplicações virtuais, a partir de um sistema integrado de representação, participação e deliberação são compreender a forma com que os atores participam e dialogam em um contexto específico, composto, em um todo, de múltiplas esferas com padrões diversos de ação, mas que objetivam a produção da agenda pública sensível as necessidade do cidadão.

(...) um conjunto de partes distintas, diferenciadas e de certa forma interdependentes, muitas vezes com funções distribuídas e com divisão de tarefas, conectadas de modo a formar um todo (MANSBRIDGE et al. 2012, p. 6).

A abordagem sistêmica propõe uma dimensão interativa dos processos e macroanalítica na medida em que considera os espaços, atores, regras ao longo de todos os momentos. É um deslocamento da perspectiva individual, microanalítica, focando em espaços e atores de forma isolada. Esta visão não exige que todos os momentos sejam perfeitamente deliberativos, participativos ou representativos, mas que o conjunto, levando

²⁵ Mansbridge et al. 2012, ressalta que o sistema integrado pode envolver tanto arenas formais de tomada de decisão quando as informais, logo ao considerar a perspectiva contextual, logo para reduzir a complexidade da relação da clivagem teórica e objetos de pesquisa, estabelecemos variáveis dependentes e correlacionais.



em conta as questões contextuais e próprias ao objeto e objetivo da dinâmica, tenha impacto efetivo na tomada de decisão de uma política pública (FARIA, LINS, 2013, PARKINSON, 2003; HENDRIKS, 2006; MANSBRIDGE et al., 2012).

As instituições participativas tradicionais ou em ambientes virtuais estão organizadas a partir de um sistema em que atores e espaços são interdependentes, e para cada política pública existem diferenciadas formas de ação, interação e solução, o que justifica a proposta macroanalítica de abordagem sistêmica.

Avaliar e analisar os impactos e efeitos das aplicações virtuais para participação política, conjuntamente às instituições, considerando o fluxo do arranjo institucional para política pública, permite a observação articulada com diversos atores e arenas, conexões e contextos, suscitando a pretensão para uma nova agenda de pesquisa, preocupada com a complexificação da democracia pensada a partir do impacto e efeito da política pública sobre o bem, o meio e a instituição.

A combinação da crítica acerca das instituições existentes nas democracias representativas, e respectivamente, novas alternativas para participação e deliberação para os diversos setores da sociedade civil, e ainda as oportunidade e capacidades de atuação política através da Internet ressoando em outras esferas políticas ou na própria decisão, definem o caráter único desta proposta de pesquisa, e sua forma de análise.

O aperfeiçoamento do governo democrático é proporcional a oferta de oportunidade de participação (incluindo a deliberação pública) capazes de modificar a relação estanque entre a esfera civil e política (BOHMAN, 1996).

As tecnologias possuem propriedades políticas quando utilizadas em contextos políticos, mas para que ocorram mudanças no status do cenário político é preciso uma reconfiguração institucional do poder, também, fora da Internet (CHADWICK, 2006). A participação online pode viabiliza o protagonismo da sociedade civil, colaborando para uma democracia se torne mais efetiva (DRYZEK, 2000).

A gestão de colaborações de pesquisa interdisciplinar gera seu próprio conjunto de problemas: os tecnólogos e cientistas sociais têm vocabulários diferentes, metodologias, as perspectivas de tempo, padrões de evidências, e assim por diante. Essas diferenças precisam ser superadas se colaborações são para ser eficaz. (SHULMAN et al., 2003, p.168)



À vista disso, a pesquisa proposta pretende fornecer evidências significativas quanto da possibilidade de mudanças e transformações através do uso das aplicações virtuais, tanto para sociedade civil, instituições, e para o aperfeiçoamento das práticas democráticas de participação e políticas públicas.

Referências Bibliográficas

- ABERS, R. *Inventing local democracy: grassroots politics in Brazil*. Boulder, Lynne Rienner, 2000.
- _____.; KECK, M. E. *Muddy waters: decentralization, coordination and power struggle in the Brazilian water management reform*. International Journal for Urban and Regional Research, 2006.
- ALMEIDA, D. C. R. *Conselhos municipais de saúde e educação: distintos padrões de participação política*. 2006. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niteroi, 2006.
- ANDRADE, M. M. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ARRETICHE, M. T.S. *Tendências no estudo sobre avaliação*. In: Rico, Elizabeth M. (org) *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 1998.
- AVRITZER, L. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro. In: AVRITZER, L. (org.), *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- _____. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- _____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B.S. *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.
- _____. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2002b.
- _____. O Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002c.
- _____. O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, n.1, junho, p.43-64, 2008.
- _____. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R. R. C. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, v.7.



- _____. Participação: valor, utilidade, efeitos e causas. In: PIRES, R. R. C. (Org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011, v.7.
- _____. *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Participatory institutions in democratic Brazil*. Wilson Center and Johns Hopkins University Press, 2009.
- _____. *Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático*. Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.
- _____. (Ed.). *A participação social no nordeste*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- _____; PIRES, R. *Orçamento participativo, efeitos distributivos e combate à pobreza*. Teoria & Sociedade, Edição Especial Políticas Sociais e Combate à Pobreza, p. 68-89, 2004.
- _____; NAVARRO, Z. (Org.). *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B.S. *Democratizar a Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Democracy and the public space in Latin America*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2002.
- _____. O Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte. In: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- _____. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- _____. Modelos de sociedade civil: uma análise específica do caso brasileiro. In: AVRITZER, L. (org.), *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BAIOCCHI, Gianpaolo, *Participation, Activism and Politics: The Porto Alegre Experiment*, In: FUNG, Archon; Wright, Erik O. *Deepening Democracy Institutional Innovations in Empowered Participatory Governance*, Verso, London School, 2003, p.45-172.
- _____. *Militants and citizens: the politics of participation in Porto Alegre*. Stanford: University Press, 2005. 224 p.
- BAPTISTA, T. W. F.; REZENDE, M. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. *Caminhos para análise das políticas de saúde*, 2011. p.138-172.
- BARBER, B. R.. *Which Technology for Which Democracy? Which Democracy for Which Technology?* In: *International Journal of Communications Law and Policy*, n. 6, pp. 1-8, 2000.
- BARNETT, S.. *New Media, Old Problems: new technology and the political process*. In: *European Journal of Communication*, Londres, v. 12, n. 2, p. 193-218, 1997.
- BIMBER, B.. *The Internet and Political Transformation: Populism, Community, and Accelerate Pluralism*. In: *Polity*, v. 31, n. 1, pp. 133-160, 1998.



- BEIERLE, Thomas C. (2004). *Digital Deliberation: Engaging the Public Through Online Policy Dialogues*, In: Peter Shane (ed.) *Democracy Online: The Prospects for Political Renewal Through the Internet*. New York: Routledge, pp. 155-166.
- BOHMAN, J.. *Expanding dialogue: The Internet, the public sphere and prospects for transnational democracy*. In: The Editorial Board of the *Sociological Review*, 2004.
- _____. *La democracia deliberativa y sus críticos*. *Metapolítica*, México, v. 4, n. 14, p.48-57, abr./jun., 2000.
- _____. 1998. *Survey Article: The Coming Age of Deliberative Democracy*. *The Journal of Political Philosophy*, Hoboken, v. 6, n. 4, p. 400-425.
- _____. *Public deliberation: pluralism, complexity, and democracy*. London, England: The MIT, Cambridge, Massachusetts, 1996.
- BOENTE, Alfredo; BRAGA, Gláucia. *Metodologia científica contemporânea*. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.
- BORBA, Julian. *Participação política como resultado das instituições participativas oportunidades políticas e o perfil da participação*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- BUCHSTEIN, Hubertus. (1997). *Bytes that Bite: The Internet and Deliberative Democracy*. *Constellations*, 4 (2), p. 248-263.
- CAPELLA, A. C. N. *Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas*. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. BIB, São Paulo, n° 61, pp. 25-52, 2006.
- CARTER, M. (1999). *Speaking Up in the Internet Age: Use and Value of Constituent E-mail and Congressional Web-sites*, In: S. Coleman e J. Taylor (eds.) *Parliament in the Age of the Internet*, pp. 102-17. Oxford: Oxford University Press.
- CHADWICK, Andrew. *Internet Politics – States, Citizens and new communication technologies*. Oxford University Press, 2006, EUA.
- _____. *Bringing e-democracy back in: Why it matters for future research on e-governance*. In: *Social Science Computer Review*, Londres, v. 21, n. 4, p. 443-455, 2003.
- CHAMBERS, S. *Rhetoric and the public sphere: has deliberative democracy abandoned mass democracy?* *Political Theory*, v. 37, n. 3, p. 323-350, jun. 2009.
- _____. *Democracy, popular sovereignty, and constitutional legitimacy*. *Constellations*, 11(2):153-173. 2004.
- COELHO, Vera Schattan Pereira. *Uma Metodologia para a análise comparativa de processos participativos pluralidade, deliberação, redes e política de saúde*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- _____.; FAVARETO, A. *Dilemas da participação e desenvolvimento territorial*. In: DAGNINO, E. e TATAGIBA, L. (orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó-SC: Argos, 2007.
- _____. *Democratization of Brazilian health councils: the paradox of bringing the other side into the tent*. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 3, p. 656-671, 2006.



- _____. *Conselhos de saúde enquanto instituições políticas: o que está faltando?* In: COELHO, V.; NOBRE, M. (Org.). Participação e deliberação. São Paulo: 34 Letras, 2004. p. 255-269.
- COHEN, J. *Procedure and substance in deliberative democracy*. In: DANS, M. J. B.; REHG, W. (Dir. publ.). *Deliberative democracy*. Cambridge: MIT Press, 1997.
- _____; ARATO Andrew. (1992). *Civil Society and political theory*. Massachusetts: MIT.
- COLEMAN, S. *Westminster in the Information Age*, in S. Coleman and J. Taylor (eds.) *Parliament in the Age of the Internet*, pp. 9-25. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. *Can the new Media Invigorate Democracy?* In: *Political Quarterly*, Oxford, v. 70, n.2, p. 16-22, 1999.
- CORTES, Soraya Vargas. *Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- _____. *Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas*. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 25, p. 143-174, 2005.
- _____. *Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde*. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 7, p. 18-49, 2002.
- COSTA, S. *Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil*. *Novos Estados*, n. 38, março de 1994.
- CUNHA, Eleonora Schettini Martins; ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de; FARIA, Claudia Feres; RIBEIRO, Uriella Coelho. *Uma Estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- _____. *Inclusão social e política: o desafio deliberativo dos conselhos municipais de assistência social*. In: AVRITZER, L. (Org.). *A dinâmica da participação no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. *Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006)*. Tese (Doutorado) – Departamento de Ciência Política, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- _____. *A efetividade deliberativa dos conselhos municipais de saúde e de criança e adolescente no Nordeste*. In: AVRITZER, L. (Org.). *A participação social no Nordeste*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.
- DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J. & PANFICHI, A. 2007. *Innovación democrática en América Latina: una primera mirada al proyecto democrático-participativo*. Trabalho apresentado no Seminário Democratic Innovation in the South, San José, Costa Rica, Mar.
- DAHLBERG, L.. *Democracy via cyberspace: Mapping the rhetorics and practices of three prominent camps*. In: *New Media & Society*, v. 3, n. 2, pp. 157-177, 2001.
- DAHLGREN, P.. *The Internet, Public Spheres, and Political Communication: dispersion and deliberation*. In: *Political Communication*, v. 22, p. 147-162, 2005.
- DAVIS, R. (1999). *The Web of Politics: The Internet's Impact on the American Political System*. London, Oxford University Press.
- DEAN, Jodi. (2003). *Why the Net is not a Public Sphere*. *Constellations*, 10 (1), p. 95-112.



- _____. *Virtually Citizens*. In: *Constellations*, Oxford, v. 4, n. 2, p. 264-281, 1997.
- DELLA PORTA, D.; Diarini, M. *Social movements: an introduction*. Malden, MA, Blackwell Publishing, 2006.
- DRYZEK, John S 2007. Theory, Evidence, and the Tasks of Deliberation. In: ROSENBERG, S. (ed.). *Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?* Basingstoke: Palgrave.
- _____; NIEMEYER, S. (2008), “Discursive representation”. *American Political Science Review*, v. 102, n. 4, p. 481-483.
- _____. 2000. *Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations*. Oxford: Oxford University Press.
- EISENBERG, J.. *Internet, Democracia e República*. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 46, n.3, pp. 491-511, 2003.
- EVANS, Peter, RUESCHEMEYER, D. e SKOCPOL, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.
- FARIA, Cláudia Feres; LINS, Isabella Lourenço. *Participação e Deliberação nas Conferências de Saúde: do Local ao Nacional*. In: *Conferências Locais, Distritais e Municipais de Saúde: Mudança de Escala e Formação de um Sistema Participativo, Representativo e Deliberativo de Políticas Públicas*. Brasília : Ipea, 2013. 297 p.
- _____; RIBEIRO, Uriella Coelho. *Desenho institucional variáveis relevantes e seus efeitos sobre o processo participativo*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- FREY, K. *Governança eletrônica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento*. *Revista IP – Informática Pública*, Belo Horizonte, v. 2, p. 31-48, maio 2000.
- FROOMKIN, A. M. (2004). *Technologies for Democracy*. In: Peter Shane (ed.) *Democracy Online: The Prospects for Political Renewal Through the Internet*. New York: Routledge.
- FUNG, A. 2005. *Deliberation Before the Revolution: Toward an Ethics of Deliberative Democracy* in an Unjust World. *Political Theory*, Thousand Oaks, v. 33, n. 3, p. 397-419, June.
- _____. *Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas conseqüências*. In: COELHO, V. S. P.; NOBRE, M. *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Ed. 34, 2004. p. 173-209.
- _____; WRIGHT, E. O. (Ed.). *Deepening democracy: institutional innovation in empowered participatory governance*. London: Verso, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008
- GOMES, W. S. *Participação política online: Questões e hipóteses de trabalho*. In: MAIA, R. C. M.; GOMES, W.; MARQUES, F. P. J. A. (Orgs.). *Internet e Participação Política no Brasil*, Sulina, 2011.
- _____. GOMES, W. *Democracia Digital: Que Democracia?*. In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, II, Belo Horizonte, 2007.
- _____. *A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política*. *Revista Fronteiras – estudos midiáticos*. VII(3): 214-222, setembro/dezembro, 2005.



- _____. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.
- GOODIN, R. E *Innovating democracy: democratic theory and practice after the deliberative turn*. Oxford: Oxford University, 2008.
- _____; TILLY, Charles (eds.). *The Oxford handbook of contextual political analysis*. Oxford, Oxford University Press. 2006.
- _____. *Reflective democracy*. Oxford University Press: Oxford & New York, 2003.
- GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. C. . *Burocracia, democracia e políticas públicas: arranjos institucionais de políticas de desenvolvimento*. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1940, p. 01-65, 2014.
- _____. Arranjos Institucionais de Políticas Críticas para o Desenvolvimento: nota de pesquisa. Boletim de Análise Político-Institucional do Ipea, v. 3, p. 71-76, 2013.
- GURZA LAVALLE, A. *Após a participação: nota introdutória*. Lua Nova, São Paulo. 84: 13-23, 2011.
- _____.; HOUTZAGER, P.; CASTELLO, G. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 21, n. 60, p. 43-66, 2006.
- _____. Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990. *Novos Estudos*, n. 66, p. 91-109, 2003.
- HENDRIKS, C. *Integrated deliberation: reconciling civil society's dual role in deliberative democracy*. *Political Studies*, v. 54, n. 3, p. 486-508, 2006.
- KLEIN, H. (1999). *Tocqueville in Cyberspace: Using the Internet for Citizen Associations*. *The Information Society* 15: 213-220.
- HOGWOOD, B; GUNN, L. *Policy Analysis for the real world*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- HOWLETT, M; RAMESH, M. *Studying Public Policy*. Canadá: Oxford University Press, 1995.
- KINGDON, J. *Agendas, alternatives and public choices*. Boston: Little Brown, 1984.
- LASSWELL, H. D. *The Policy Orientation*. In Lerner Daniel and Lasswell Harold D (eds.). *The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method*. Stanford: Stanford University Press, 1951.
- LINDBLOM, C. E. *The Science of 'Muddling Through'*, in *Public Administration Review*, Vol. 19, pp.79–88, 1959.
- _____. *The Policy-Making Process*, 2nd edition, Englewood Cliffs, NJ: Prentice- Hall, 1984.
- MACINTOSH, A. (2003). *Using Information and Communication Technologies to Enhance Citizen Engagement in the Policy Process*. In: OECD. *Promise and Problems of E-Democracy: Challenges of Online Citizen Engagement*, OECD, Paris, pp. 19-58.
- _____; ROBSON, E., SMITH, E., WHYTE, A. (2003). *Electronic Democracy and Young People*, *Social Science Computer Review*, Vol. 21 No.1, pp. 43-54.
- MACPHERSON, C. B. *Democratic theory: essays in retrieval*. Oxford: Oxford University Press, 1978.



- MAGALHÃES, L. G. S. *Governo Eletrônico no Espírito Santo e a possibilidade da ampliação da participação política*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.
- MANSBRIDGE, J.; BOHMAN, J.; CHAMBERS, S.; CHRISTIANO, T.; Fung, A.; PARKINSON, J., THOMPSON, D.; WARREN, M. In: PARKINSON, John; Mansbridge, Jane (Eds.). (2012). *Deliberative systems: Large-scale deliberative democracy*. _____; et al. *The place of self-interest and the role of power in deliberative democracy*. The Journal of Political Philosophy, vol. 18, n. 1, p. 64-100, 2010.
- _____; *A conversação cotidiana no sistema deliberativo*. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas: textos fundamentais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- _____. *Practice-thought-practice*. In: FUNG, A.; WRIGHT, E. O. (Ed.). *Deepening democracy: institutional innovations in empowered participatory governance*. London; New York: Verso, 2003. p. 175-199.
- MANIN, B. *Principles of Representative Government*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- MARCHE, Sunny; McNIVEN, James. (2003). D. *E-government and e-governance: The future isn't what it used to be*. Canadian Journal of Administrative Sciences; 20, 1; ABI/INFORM Global. pg. 74.
- MARQUES, F. P. J. A. *O problema da participação política no modelo deliberativo de democracia*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 41, p. 21-35, fev. 2012.
- _____. *Participação política e desenho institucional: uma proposta para a concepção de mecanismos participativos*. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 2, p. 140-151, mai/ago 2010.
- _____. *Participação política e internet: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. Salvador – 2008.
- MARTINS, G. A. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.
- MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos; GUIMARÃES, Tomás de Aquino. *O estágio do governo eletrônico no Brasil em relação ao contexto mundial*. Revista do Serviço Público, ano 55, números 1 e 2 (Jan-Jun/2004). Brasília, 2004.
- MENDONÇA, Ricardo F. (2010). *Democracia discursiva: contribuições e dilemas da abordagem deliberativa do grupo australiano*.
- MORRIS, D. (2000). *Vote.com*. Los Angeles: Renaissance Books.
- MUSSO, J.; WEARE, C.; HALE, M. (2000). *Designing web technologies for local governance reform: Good management or good democracy?* Political Communication, 17 (1), 1-19.
- NASCIMENTO, E. C. 2012. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. Tese de doutoramento. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Ciência Política. USP. São Paulo.
- NEGROPONTE, N. (1995). *A vida digital*. São Paulo: Companhia da Letras.
- NORRIS, P. (2001). *Digital divide: Civic engagement, information poverty, and the Internet worldwide*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.



- PAESE, C. R.; AGUIAR, A. A. G.. *Revisitando os Conceitos de Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas e Programas Sociais no Brasil*. Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 4, n. 6, jan./jul. 2012.
- PAPACHARISSI, Zizi. (2002). *The virtual sphere: the internet as a public sphere*. New media & society, 4 (1), p.9-27.
- PARKINSON, J. (2003), *The legitimation of deliberative democracy*. Tese de doutorado, Canberra, Austrália, Departamento de Ciência Política, Research School of Social Sciences, Australian National University.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PEIXOTO, Tiago. *e-Participatory Budgeting: e-Democracy from theory to success?*. E-Democracy Centre e-Working Papers 2008.
- PEREZ, Oren. (2004). *Global Governance and Electronic Democracy: E-Politics as a Multidimensional Experience*. In: SHANE, Peter (ed.) *Democracy Online: The Prospects for Political Renewal Through the Internet*. New York: Routledge.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- _____. *Participação, exclusão e território estratégias para a análise dos efeitos distributivos das instituições participativas*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- _____; VAZ, Alexander Cambraia Nascimento; ALMEIDA, Acir; SILVA, Fabio de Sá e; ALENCAR, Joana Luiza Oliveira. *Em busca de uma síntese ambições comuns e abordagens diversificadas na avaliação da efetividade das instituições participativas*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- _____; VAZ, A. *A efetividade das instituições participativas no Brasil: perspectivas, estratégias metodológicas e resultados*. Texto base para oficina. Brasília: Ipea, 2010.
- PRZEWORSKI, A. *Democracy and the market: political and economic reforms in Eastern Europe and Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- PUTNAM, R. D. (2000). *Bowling alone: The collapse and revival of American democracy*. New York: Simon & Schuster.
- RICHARDSON, R.J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP & A, 1999.
- SANTOS, B. de S. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SAMPAIO, R. C. *Orçamentos participativos digitais: um mapeamento mundial das experiências já realizadas e suas contribuições para e- participação e e-democracia*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Comunicação. Salvador, 2014.
- SILVA, Fabio de Sá e. *De cada um conforme suas capacidades: participação, ambientes institucionais e capacidade de incidência em políticas públicas*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.



- SILVA, Marcelo Kunrath. *Dos casos aos tipos notas para uma apreensão das variações qualitativas na avaliação das instituições participativas*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- SILVA, S. P. *Estado, democracia e internet: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado*. Tese de doutorado apresentada para o Programa de Pós-graduação Comunicação e Cultura Contemporâneas, Universidade Federal da Bahia, 2009.
- SILVA, T. Da participação que temos à que queremos: o processo do Orçamento Participativo na cidade do Recife. In: Avritzer, L.; Navarro, Z. (orgs.). *A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo*. São Paulo: Cortez, p. 297-334, 2003.
- SHULMAN, Stuart W.; SCHLOSBERG, David; ZAVESTOSKI, Steve; COURARD-HAURI, David. *Electronic Rulemaking: a public participation research agenda for the social sciences*. Science Computer Review, Vol. 21 No. 2, Summer, p.162-178, 2003.
- SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. *Conferências e os desafios metodológicos de seu estudo*. In.: Pires, Roberto Rocha Coelho. *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, 2011.
- SOUZA, C. et. al. *Ampliação da participação na gestão pública: um estudo sobre Conferências Nacionais realizadas entre 2003 e 2011*. Relatório de Pesquisa. IPEA-DIEST, 2012.
- STANLEY, J. W.; WEARE, C. (2004). *The Effects of Internet Use on Political Participation: Evidence from an Agency Online Discussion Forum*. Administration & Society, 36, 503-527.
- STARK, D. & BRUSTZ, L. (1998), *Enabling constraints: fontes institucionais de coerência nas políticas públicas no pós-socialismo*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (36): 13-39.
- SUNSTEIN, Cass. *The daily we: Is the internet really a blessing for democracy?* Boston Review. 2001.
- SZWAKO, J. Participar vale a pena, mas... In: *Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios*. São Paulo: Instituto Pólis, 2012.
- TATAGIBA, L.; BLINKSTAD, K. Como se fosse uma eleição para vereador: dinâmicas participativas e disputas partidárias na cidade de São Paulo. *Lua Nova*. Vol. 84, p. 353-364, 2011
- _____. *Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate*. *Revista Sociologia Política*, v.25, p.209-213, 2005.
- _____. *A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo*. In: AVRITZER, L. *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 323-370.
- _____. *Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil*. In: DAGNINO, E. (Ed.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.



- TEIXEIRA, A. C.; TATAGIBA, L. *Dinâmicas participativas institucionalizadas e produção de políticas públicas*. In: ENCONTRO DA ABCP, 6. Campinas: UNICAMP, 2008. Mimeografado.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Salvador: Bahia, 2002.
- VAZ, ALEXANDER CAMBRAIA NASCIMENTO. *Da participação à qualidade da deliberação em fóruns públicos o itinerário da literatura sobre conselhos no Brasil*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.
- _____; PIRES, ROBERTO ROCHA COELHO. *Comparações entre municípios avaliação dos efeitos da participação por meio de pares contrafactuais*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.
- WAMPLER, Brian. *Instituições participativas como "enxertos" na estrutura do Estado a importância de contextos, atores e suas estratégias*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.
- _____. *Que tipos de resultados devemos esperar das instituições participativas*. In.: PIRES, Roberto Rocha Coelho. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.
- _____; AVRITZER, Leonardo. 2004. *Públicos participativos: sociedade civil e novas instituições no Brasil democrático*. In: COELHO, V.S.P. e NOBRE, M. Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, p. 210-238.
- WARD, S., & VEDEL, T. (2006). Introduction: The potential of the Internet revisited. *Parliamentary Affairs*, 59(2), 299-313.
- WARREN, M. 2007. Institutionalizing Deliberative Democracy. In: ROSENBERG, S. (ed.). *Deliberation, Participation and Democracy: Can the People Govern?* Basingstoke: Palgrave.
- WILHELM, Anthony. *A Democracia Dividida – A Internet e a participação política nos Estados Unidos*. In : *Internet e Política – Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. EISENBERG, José; CEPIK, Marco (orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG. 2002.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

